COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2016 (Da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende)

Requer, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública com a presença do Senhor Abílio Baeta Neves, Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES); da Senhora Andréa Barbosa Gouveia, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED); do Prof. Dr. Isac Almeida de Medeiros, Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação – **(FOPROP)**; e do Prof. Romualdo Portela de Oliveira, da Universidade de São Paulo e representante da Educação Educação Conselho Técnico-Científico da Superior (CTC/ES) da CAPES, para discutir as condições de financiamento dos programas de Pós-Graduação em Educação no âmbito da política para distribuição de recursos de custeio dos Programas de Pós-Graduação elaborada recentemente pela CAPES.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, convidar o Senhor Abílio Baeta Neves, Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES); a Senhora Andréa Barbosa Gouveia, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED); o Prof. Dr. Isac Almeida de Medeiros, Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação – (FOPROP); e o Prof. Romualdo Portela de Oliveira, da Universidade de São Paulo e representante da Educação no Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC/ES) da CAPES, para a reunião de audiência pública com objetivo de discutir as condições de financiamento dos programas de Pós-Graduação em Educação no âmbito da política para distribuição de recursos de custeio dos Programas de Pós-Graduação elaborada recentemente pela CAPES.

JUSTICATIVA

Representantes da comunidade acadêmica tem demonstrado preocupação em relação à definição de nova metodologia que altera os critérios de distribuição de recursos para o custeio dos Programas de Pós-Graduação financiados pela CAPES, fundação do Ministério da Educação responsável pela política de pós-graduação no País.

Diante da mudança da metodologia, docentes, estudantes e pesquisadores afirmam que o montante dos recursos será afetado, refletindo na capacidade do Governo Federal de fomentar a pós-graduação e também na formação de professores para o ensino básico no Brasil.

Por essa razão, o intuito da realização dessa audiência pública é discorrer sobre a mudança de metodologia, os critérios de financiamento e debater os principais desafios e as demandas da pósgraduação nacional.

Diante do exposto, conto com o apoio dos meus ilustres pares nesta Comissão para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de julho de 2016.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE Deputada Federal DEMOCRATAS/TO